ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81

Relatório Anual da Administração

A companhia aufere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais	**2016**	**2015**
Disponibilidades (%)	99,98%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2016 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	7.827	21.469
EBITDA	18.336	26.458

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

31 de Dezembro de 2016 e 2015 **(Em milhares de reais)**

	Nota	2016	2015 (Reclassificado)
Ativo/Circulante		**34.054**	**34.069**
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.795	3.970
Títulos e valores mobiliários	6	2.960	2.977
Contas a receber ativo financeiro	7	23.994	22.870
Impostos a recuperar		92	78
Outros ativos		3.213	4.174
Ativo não circulante		**189.052**	**190.130**
Contas a receber ativo financeiro	7	188.996	190.078
Outros ativos		27	23
Intangível		29	29
Total do Ativo		**223.106**	**224.199**

	Nota	2016	2015 (Reclassificado)
Passivo circulante		**19.582**	**29.999**
Empréstimos e financiamentos	8	7.791	7.762
Fornecedores		3.804	16.156
Tributos e encargos sociais a recolher	9	555	553
Dividendos a pagar		5.099	4.157
Encargos regulatórios	10	667	394
Outros passivos		1.666	977
Passivo não circulante		**67.479**	**74.525**
Empréstimos e financiamentos	8	60.929	68.007
IRPJ e CSLL diferidos	9	6.535	6.518
Provisão para contingências		15	–
Patrimônio líquido		**136.045**	**119.675**
Capital social	12	92.943	92.943
Reservas de lucro	12	43.102	26.732
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**223.106**	**224.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 **(Em milhares de reais)**

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		**60.893**	**672**	**12.713**	**–**	**74.278**
Aumento de capital		32.050	–	–	–	32.050
Lucro líquido do exercício		–	–	–	17.504	17.504
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		–	875	–	(875)	–
Dividendos declarados		–	–	–	(4.157)	(4.157)
Reserva de lucro do exercício		–	–	12.472	(12.472)	–
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		**92.943**	**1.547**	**25.185**	**–**	**119.675**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	21.469	21.469
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		–	1.073	–	(1.073)	–
Dividendos declarados		–	–	–	(5.099)	(5.099)
Reserva de lucro do exercício		–	–	15.297	(15.297)	–
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	12	**92.943**	**2.620**	**40.482**	**–**	**136.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	13	**20.382**	**50.700**
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(265)	(225)
Material e serviços de terceiros		(1.528)	(475)
Outros		(45)	(32)
Custo de implantação de infraestrutura		8.264	(26.520)
Lucro bruto		**26.808**	**23.448**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(5)	(2)
Material e serviços de terceiros		(297)	(240)
Outras		(48)	(22)
		(350)	**(264)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**26.458**	**23.184**
Receitas financeiras	14	924	549
Despesas financeiras	14	(4.948)	(4.240)
Lucro antes da IRPJ e CSLL		**22.434**	**19.493**
IRPJ e CSLL correntes	15	(948)	(854)
IRPJ e CSLL diferidos	9 e 15	(17)	(1.135)
Lucro líquido do exercício		**21.469**	**17.504**
Quantidade de ações ordinárias		92.943.000	92.943.000
Lucro líquido do exercício por ação ordinária - Em R$		0,230991	0,188330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 **(Em milhares de reais)**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	21.469	17.504
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**21.469**	**17.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 **(Em milhares de reais)**

	2016	2015 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da CSLL e IRPJ	22.434	19.493
Itens que não afetam as disponibilidades		
Juros e variação monetária	4.863	4.460
Receita de aplicações financeiras	(386)	(234)
Provisões para contingências	15	–
	26.926	23.719
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(99)	(38.432)
Impostos a recuperar	(10)	342
Outros ativos	957	(1.754)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(12.352)	11.422
Tributos e contribuições sociais a recolher	(946)	(706)
Encargos regulatórios	261	394
Outros passivos	689	(6)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.426	(5.021)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de títulos e valores mobiliários	424	311
Aplicações de títulos e valores mobiliários	(25)	(3.054)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	399	(2.743)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	–	32.050
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(21.800)
Pagamentos de dividendos	(4.157)	–
Empréstimos e debêntures captados	–	4.087
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(11.843)	(9.581)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(16.000)	4.756
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(175)	(3.008)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.970	6.978
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.795	3.970
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(175)	(3.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 **(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. "Companhia" foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 28 de dezembro de 2011 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala J - São Paulo - SP. A ETSE possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão: Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2012	30	2042	21.582	IPCA

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R$ 22.425. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à ETSE, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETSE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber ativo financeiro".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2017. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. ETSE revisa suas estimativas anualmente. Para uma melhor apresentação a Companhia passou a apresentar o saldo líquido entre os valores a receber e a pagar oriundos de sua operação de concessão, e, portanto, para fins de comparabilidade reclassificou os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da ETSE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro estão classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativo:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a ETSE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da ETSE são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ETSE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.6.1 Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ETSE revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7. Tributação:** 3.7.1. Impostos sobre a receita: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. 3.7.2. Imposto de renda e contribuição social: • Correntes: O Imposto de renda e a Contribuição social da ETSE são calculados pelo regime do lucro presumido. • Diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ETSE. A ETSE reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.8.1 Receitas de implantação de infraestrutura: A ETSE abrangida pelo escopo da ICPC 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da ETSE avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a ETSE não identificou nenhuma margem de lucro líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015. 3.8.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.8.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.8.4 Receitas de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.9. Resultado por ação:** A ETSE efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; IFRS 15 - Receitas com Clientes - Refere-se à convergência do IASB ("*International Accounting Standards Board*"), sobre o reconhecimento de receita - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; IFRS 16 - Arrendamentos - Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019; Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Iniciativa de Divulgação - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa e bancos	26	19
Aplicações financeiras	3.769	3.951
	3.795	3.970

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras são compostas por fundos de investimento em renda fixa e possuem uma remuneração equivalente a 96,68% do CDI (97,41% do CDI em 31 de dezembro de 2015), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 a ETSE tem o saldo de R$ 2.960 (R$ 2.977 em 31 de dezembro de 2015) registrado no ativo circulante referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETSE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reclassificado)	**174.762**
Receita de operação e manutenção	1.006
Remuneração do ativo financeiro da concessão	26.568
Receita de implantação de infraestrutura	26.520
(–) Parcela variável	(2.245)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(13.663)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reclassificado)	**212.948**
Receita de operação e manutenção	1.940
Remuneração do ativo financeiro da concessão	28.397
Receita de implantação de infraestrutura	(8.264)
(–) Parcela variável	(80)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(21.951)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**212.990**
Contas a receber ativo financeiro - circulante	23.994
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	188.996
Total circulante e não circulante	**212.990**

As contas a receber ativo financeiro incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETSE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2016 Circulante: Encargos	2016 Circulante: Principal	2016 Não Circulante: Principal	2016 Total	2015 Total
BNDES - Subcrédito A	130	3.177	34.669	37.976	40.579
BNDES - Subcrédito B	46	4.438	26.260	30.744	35.190
	176	7.615	60.929	68.720	75.769

Financiadores/credores	Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Indexador	Taxa efetiva a.a. Juros (%)	Periodicidade da amortização: Principal	Periodicidade da amortização: Encargos
BNDES - Subcrédito A	dezembro/13	novembro/28	39.159	TJLP	2,02%	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	dezembro/13	novembro/23	39.254	–	3,50%	Mensal	Mensal

(Condições contratadas)

Os contratos com o BNDES da ETSE exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização. A Administração da ETSE mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2016, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos à longo prazo são como segue:

2018	7.681
2019	7.727
2020	7.774
2021	7.822
2022	7.871
Após 2022	22.054
	60.929

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	2016	2015
Passivo circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	248	237
PIS e COFINS	89	113
Contribuição social - CSLL	114	106
ICMS	9	7
Outros	95	90
	555	553
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL diferidos, líquido (a)	6.535	6.518

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2014:	**5.383**
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.135
Saldo em 31 de dezembro de 2015:	**6.518**
Imposto diferido reconhecido no resultado	17
Saldo em 31 de dezembro de 2016:	**6.535**

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2016	2015
Quota de reserva global de reversão - RGR	400	259
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	174	53
Taxa de fiscalização - ANEEL	93	82
	667	394

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A ETSE discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "possível" e consequentemente, não há qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2016 o valor envolvido estimado foi de R$ 417 em processos trabalhistas (R$ 604 em 31 de dezembro de 2015), R$ 13.661 em processos cíveis (R$ 15.718 em 31 de dezembro de 2015) e R$ 42 em processos regulatórios.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R$ 92.943, representado por 92.943.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações Integralizadas: Ordinárias	% do capital: Votante	% do capital: Total
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	92.942.999	99,99%	99,99%
Membros do Conselho de Administração	1	0,01%	00,01%
	92.943.000	100,00%	100,00%

12.2. Reserva de Lucro: 12.2.1 Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 12.2.2 Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **12.3. Destinação do Resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ETSE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	**21.469**	**17.504**
Constituição da reserva legal	(1.073)	(875)
Base de cálculo de dividendos	20.396	16.629
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.099)	(4.157)
Reserva de lucros retidos	(15.297)	(12.472)
Saldo de lucros acumulados	–	–

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	2016	2015
Receita operacional bruta	**21.993**	**51.849**
Receita de operação e manutenção	1.940	1.006
Receita de implantação de infraestrutura	(8.264)	26.520
Remuneração do ativo financeiro da concessão	28.397	26.568
(–) Parcela variável	(80)	(2.245)
Deduções da receita operacional	**(1.611)**	**(1.149)**
PIS	(138)	(98)
COFINS	(638)	(455)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(553)	(394)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(197)	(141)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(85)	(61)
Receita operacional líquida	**20.382**	**50.700**

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas financeiras	**924**	**549**
Receita de aplicações financeiras	909	494
Juros ativos	7	2
Outras receitas financeiras	8	53
Despesas financeiras	**(4.948)**	**(4.240)**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.794)	(4.086)
Variação monetária	(69)	(43)
Outras despesas financeiras	(85)	(111)
Resultado financeiro líquido	**(4.024)**	**(3.691)**

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2016 IRPJ	2016 CSLL	2015 IRPJ	2015 CSLL
Receita operacional	21.933	21.933	51.849	51.849
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.755	2.632	4.148	6.222
Receitas financeiras	924	924	751	751
Base de cálculo	2.679	3.556	4.899	6.973
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
	647	319	1.201	627
IRPJ e CSLL Exercícios anteriores	–	–	109	47
Outros	(1)	–	–	–
Constituição de passivo tributário diferido	–	–	3	2
IRPJ e CSLL	**646**	**319**	**1.313**	**676**

A ETSE possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2016, a ETSE não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: As metodologias utilizadas pela ETSE para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como empréstimos e recebíveis e fornecedores como outros passivos financeiros. Empréstimos e financiamentos: (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a ETSE utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos. Estes instrumentos financeiros são classificados pela ETSE como outros passivos financeiros. b) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETSE podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A ETSE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 647 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETSE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da ETSE são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da ETSE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da ETSE não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) Hierarquia do valor justo: A ETSE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a ETSE classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ETSE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

A Diretoria

Contador: Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2